

SAÚDE SEXUAL NO CONTEXTO DA SAÚDE PÚBLICA E INTEGRAL

SEXUAL HEALTH IN THE CONTEXT OF PUBLIC AND COMPREHENSIVE HEALTH

LA SALUD SEXUAL EN EL CONTEXTO DE LA SALUD PÚBLICA E INTEGRAL

Mariane dos Santos Luz¹, Priscila Diniz de Carvalho Martins², Carina Ferreira Mendes³, Edimara Estumano Farias⁴, Francisco de Assis Muniz de Oliveira⁵, Manoel Isaque Silva de Oliveira⁶, Lucas José Vaz Schiavao⁷, Micaele Maria Silva de Lima⁸, Samantha Ferreira da Costa Moreira⁹, Márcia Cristina dos Santos Barbosa¹⁰, Geilton Xavier de Matos¹¹, Johnata da Cruz Matos¹², Alessandro Medeiros Pedro¹³

DOI: 10.54899/dcs.v22i81.3296

Recibido: 01/08/2025 | Aceptado: 25/08/2025 | Publicación en línea: 01/09/2025.

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo analisar a saúde sexual no contexto da saúde pública e integral, compreendendo sua relevância para a promoção da qualidade de vida e para a garantia de direitos fundamentais. Trata-se de uma investigação descritiva, realizada com uma amostra de 17 profissionais da saúde, que responderam a um roteiro semiestruturado. Os resultados evidenciaram a importância da abordagem integral da saúde sexual, destacando os desafios relacionados à formação dos profissionais, à oferta de serviços adequados e ao enfrentamento de preconceitos e barreiras socioculturais. Entre os achados, emergiram relatos que apontam tanto avanços em políticas públicas quanto lacunas na prática cotidiana. A análise permitiu concluir que a saúde sexual, para ser efetivamente promovida, precisa ser integrada às ações de prevenção,

¹ Graduada em Medicina, Universidade de Rio Verde - campus Aparecida de Goiânia (UNIRV), Aparecida de Goiânia, Goiás, Brasil. E-mail: marianesluz@hotmail.com

² Mestre em Hebiatria, Universidade de Pernambuco (UPE), Recife, Pernambuco, Brasil.

E-mail: prifermeira@gmail.com

³ Graduada em Enfermagem pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Anhanguera Macapá, Macapá, Amapá, Brasil. E-mail: enf.carina.mendes@gmail.com

⁴ Graduada em Enfermagem, Universidade do Estado do Pará (UEPA), Tucuruí, Pará, Brasil.

E-mail: enfermeiraedimara2025@gmail.com

⁵ Graduado em Medicina, Universidad Leonardo da Vinci. E-mail: munizpsicanalise@gmail.com

⁶ Graduando em Fisioterapia, Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPA), Parnaíba, Piauí, Brasil.

E-mail: isaacoliveira@ufdpar.edu.br

⁷ Doutor em Medicina, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil. E-mail: schiva8@cloud.com

⁸ Graduação. Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), Pesqueira, Pernambuco, Brasil.

E-mail: Micaelel960@gmail.com

⁹ Doutora em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Centro Universitário de Mineiros (UNIFIMES), Mineiros, Goiás, Brasil. E-mail: samantha.ferreira@unifimes.edu.br

¹⁰ Universidade Estácio de Sá, Niterói, Rio de Janeiro. E-mail: Marciacristinabarbosa1985@gmail.com

¹¹ Mestre em Ciências, Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Passos, Minas Gerais.

E-mail: geilton.matos@uemg.br

¹² Doutor em Ciências e Tecnologias em Saúde, Universidade de Brasília (UNB), Brasília, Distrito Federal, Brasil.

E-mail: prof.johnata.matos@hotmail.com

¹³ Doutorando em Biociências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil.

E-mail: alessandroctg@hotmail.com

educação em saúde e assistência, de forma humanizada e inclusiva, assegurando equidade e respeito às diversidades.

Palavras-chave: Saúde Sexual. Saúde Pública. Saúde Integral.

ABSTRACT

The research aimed to analyze sexual health within the context of comprehensive public health, understanding its relevance for promoting quality of life and guaranteeing fundamental rights. This descriptive study was conducted with a sample of 17 health professionals who responded to a semi-structured questionnaire. The results highlighted the importance of a comprehensive approach to sexual health, highlighting the challenges related to professional training, the provision of adequate services, and addressing prejudices and sociocultural barriers. Among the findings, reports emerged that point to both advances in public policies and gaps in daily practice. The analysis concluded that, to be effectively promoted, sexual health needs to be integrated into prevention, health education, and care actions in a humane and inclusive manner, ensuring equity and respect for diversity.

Keywords: Sexual Health. Public Health. Comprehensive Health.

RESUMEN

La investigación tuvo como objetivo analizar la salud sexual en el contexto de la salud pública integral, comprendiendo su relevancia para promover la calidad de vida y garantizar los derechos fundamentales. Este estudio descriptivo se realizó con una muestra de 17 profesionales de la salud que respondieron a un cuestionario semiestructurado. Los resultados destacaron la importancia de un enfoque integral de la salud sexual, destacando los desafíos relacionados con la formación profesional, la prestación de servicios adecuados y la superación de prejuicios y barreras socioculturales. Entre los hallazgos, surgieron informes que señalan tanto avances en las políticas públicas como brechas en la práctica diaria. El análisis concluyó que, para una promoción efectiva, la salud sexual debe integrarse en las acciones de prevención, educación para la salud y atención de manera humana e inclusiva, garantizando la equidad y el respeto a la diversidad.

Palabras clave: Salud Sexual. Salud Pública. Salud Integral.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

A saúde sexual, no contexto da saúde pública, constitui um campo fundamental para a promoção da qualidade de vida, do bem-estar e do exercício pleno da cidadania. Não se limita apenas à ausência de doenças ou disfunções, mas abrange dimensões físicas, emocionais, sociais

e culturais, relacionando-se diretamente com os direitos humanos e com a dignidade da pessoa. Nesse sentido, torna-se imprescindível compreendê-la de forma ampliada, incluindo aspectos de educação, prevenção e acesso equitativo aos serviços de saúde (Lima *et al.*, 2020; Lima & Domingues Júnior, 2023; Lima, Domingues & Silva, 2024).

A sexualidade é, segundo Lima (2024a), parte constitutiva da identidade humana e atravessa todo o ciclo de vida, estando associada não apenas às experiências íntimas, mas também às condições sociais que permitem sua vivência de modo saudável. No entanto, historicamente, o tema foi tratado com estigmas, preconceitos e tabus, dificultando sua inserção no debate das políticas públicas e na prática profissional de saúde. Esse cenário comprometeu, por muito tempo, a atenção integral às necessidades sexuais e reprodutivas da população.

A saúde sexual está intimamente ligada às discussões sobre equidade e justiça social. O acesso a informações seguras, a métodos contraceptivos, ao planejamento familiar e ao acompanhamento especializado são componentes indispensáveis para garantir escolhas conscientes e protegidas. Quando negligenciada, a saúde sexual repercute em desdobramentos negativos, como gravidez não planejada, infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e violências, afetando, sobretudo, grupos em situação de vulnerabilidade (Lima, 2024b; Lima, Domingues Júnior & Silva, 2024; Lima *et al.*, 2024).

Nos últimos anos, as políticas de saúde pública no Brasil têm buscado incorporar a saúde sexual como eixo estratégico. Programas de prevenção de ISTs/HIV, de planejamento reprodutivo e de atenção à saúde da mulher e da população LGBTQIAPN+ são exemplos de iniciativas que procuram fortalecer essa dimensão. Ainda assim, persistem lacunas significativas, tanto na implementação quanto na aceitação social dessas ações, o que exige esforços contínuos para ampliar a inclusão e a efetividade (Lima & Gomes Filho, 2024; Lima *et al.*, 2023; Lima 2024b).

A integralidade, enquanto princípio do Sistema Único de Saúde (SUS), orienta que a saúde sexual seja compreendida em sua complexidade, articulando ações educativas, preventivas e assistenciais. Isso implica olhar para as particularidades de cada sujeito, respeitando diferenças de gênero, orientação sexual, idade e contexto sociocultural. Mais do que tratar doenças, a integralidade busca promover autonomia e empoderamento no cuidado com a sexualidade (Lima *et al.*, 2025a).

Contudo, o enfrentamento das barreiras estruturais ainda se coloca como desafio. A escassez de recursos, a sobrecarga de serviços e a insuficiência de capacitação profissional

frequentemente limitam o atendimento integral. Além disso, preconceitos e visões moralizantes interferem na oferta de cuidados qualificados e humanizados, restringindo a efetividade das políticas públicas (Lima *et al.*, 2025b; Lima *et al.*, 2025c; Lima *et al.*, 2025d).

Diante desse cenário, o objetivo da pesquisa foi analisar a saúde sexual no contexto da saúde pública e integral, explorando percepções e práticas de profissionais da saúde sobre os avanços, desafios e perspectivas nesse campo.

METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem descritiva, de caráter qualitativo, voltada para compreender a saúde sexual no contexto da saúde pública e integral. Optou-se por essa metodologia em razão de sua capacidade de captar a complexidade dos fenômenos sociais e de dar voz aos profissionais que atuam diretamente na área.

A amostra foi composta por 17 profissionais de saúde, entre médicos, enfermeiros, psicólogos e assistentes sociais, que atuam em diferentes serviços do SUS. A seleção dos participantes ocorreu por conveniência, considerando aqueles que tinham experiência prática relacionada à saúde sexual. O critério de inclusão foi possuir, no mínimo, dois anos de atuação no serviço público de saúde.

Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas, realizadas em ambiente reservado, garantindo privacidade e liberdade de expressão aos participantes. As entrevistas foram conduzidas individualmente, com duração média de 40 minutos, e gravadas mediante autorização dos respondentes.

O roteiro das entrevistas contemplou questões sobre a concepção de saúde sexual, práticas adotadas nos serviços, desafios enfrentados e percepções sobre políticas públicas relacionadas ao tema. Também foram abordados aspectos ligados à integralidade, ao acolhimento da diversidade e à formação profissional.

Após a coleta, as entrevistas foram transcritas na íntegra e analisadas por meio da técnica de análise de conteúdo, que permitiu identificar categorias e subcategorias emergentes a partir dos relatos. O processo analítico buscou estabelecer relações entre os discursos dos profissionais e o referencial teórico da pesquisa.

Foram utilizados códigos alfanuméricos (E01 a E17) para identificar os participantes, garantindo sigilo e anonimato das falas. Essa estratégia contribuiu para preservar a identidade dos

profissionais e, ao mesmo tempo, manter a autenticidade dos relatos.

RESULTADOS E ANÁLISE

A análise dos relatos revelou que os profissionais compreendem a saúde sexual de maneira ampliada, mas com diferentes níveis de aprofundamento. Para alguns, como destacou o respondente E01, a saúde sexual é “muito mais do que prevenção de doenças, é garantir que as pessoas tenham acesso a informações, liberdade e respeito em suas escolhas”. Essa percepção demonstra uma visão alinhada com os princípios da integralidade, mas nem sempre se reflete na prática cotidiana dos serviços de saúde.

Outro aspecto recorrente foi a associação da saúde sexual à prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e ao planejamento reprodutivo. O respondente E04 relatou que “na maioria das vezes, o atendimento que oferecemos ainda é muito voltado para a contracepção e para o diagnóstico de ISTs, deixando de lado o acolhimento das questões emocionais e sociais”. Esse depoimento revela que a prática nos serviços ainda tende a ser restrita e biologizante.

Quando questionados sobre as políticas públicas, os profissionais reconheceram avanços, sobretudo nas ações de prevenção ao HIV e na distribuição gratuita de métodos contraceptivos. O respondente E07 afirmou que “as campanhas de prevenção ajudaram muito, mas ainda há dificuldade em alcançar populações específicas, como adolescentes, homens e pessoas LGBTQIAPN+”. A fala evidencia a necessidade de estratégias mais direcionadas e sensíveis às diversidades.

O tema da diversidade sexual e de gênero foi apontado como um dos maiores desafios. Segundo o respondente E05, “há colegas que ainda têm resistência em atender pessoas trans, por falta de preparo ou mesmo por preconceito, e isso gera barreiras no acesso”. Já o respondente E08 acrescentou que “muitas vezes, as pessoas deixam de procurar o serviço de saúde porque sabem que vão ser julgadas”. Esses relatos mostram que o preconceito institucional ainda compromete a efetividade das políticas de saúde sexual.

A integralidade, princípio orientador do SUS, foi mencionada por diversos profissionais como uma meta difícil de alcançar na prática. O respondente E02 destacou que “falar em integralidade é bonito, mas quando temos fila de espera enorme e poucos profissionais, acabamos reduzindo o atendimento a coisas básicas e rápidas”. Isso reforça que, além de vontade política, são necessárias condições estruturais para que a integralidade seja uma realidade.

Outro ponto recorrente foi a carência de formação continuada. O respondente E11 mencionou que “não tivemos na faculdade uma preparação específica para lidar com saúde sexual de forma integral; aprendemos mais na prática e isso acaba limitando nossa atuação”. Esse depoimento mostra como a formação acadêmica ainda é insuficiente para capacitar profissionais a lidar com a complexidade da saúde sexual.

A análise também evidenciou que a educação em saúde é um caminho fundamental para fortalecer a saúde sexual na população. O respondente E03 relatou que “quando fazemos palestras nas escolas ou nas unidades básicas, percebemos o quanto os jovens carecem de informação clara e segura, e como isso pode prevenir problemas futuros”. Esse dado mostra a importância de ações preventivas e educativas contínuas.

Os profissionais também apontaram que a abordagem da saúde sexual ainda enfrenta barreiras culturais. O respondente E12 afirmou que “muitos pacientes ainda têm vergonha de falar sobre sexualidade, e isso dificulta o atendimento. Precisamos criar um espaço de confiança para que essas questões apareçam”. Esse desafio mostra a necessidade de um acolhimento mais humanizado, que incentive a escuta ativa e o respeito.

Houve relatos de experiências positivas em alguns serviços. O respondente E06 relatou que “quando conseguimos criar grupos de conversa com a comunidade, os resultados são muito bons, porque as pessoas se sentem ouvidas e aprendem umas com as outras”. Essa experiência aponta para a relevância do trabalho coletivo e participativo como estratégia de promoção da saúde sexual.

A questão do acesso desigual também foi evidenciada. Segundo o respondente E09, “quem mora em áreas rurais ou comunidades mais afastadas tem mais dificuldade de encontrar atendimento especializado em saúde sexual”. Isso reforça as desigualdades territoriais e a necessidade de políticas que ampliem o alcance dos serviços em diferentes contextos.

Outro desafio mencionado foi a sobrecarga dos serviços de saúde. O respondente E14 disse que “temos que atender muita gente em pouco tempo, então nem sempre dá para aprofundar temas mais delicados da sexualidade, e acabamos priorizando a parte clínica e preventiva”. Essa fala mostra como o tempo escasso é um fator que prejudica a integralidade no atendimento.

A análise revelou ainda a importância de considerar a saúde sexual como parte da saúde mental. O respondente E10 afirmou que “muitos problemas de autoestima, ansiedade e depressão estão ligados à vivência da sexualidade, e se isso não é tratado, acaba afetando toda a vida da pessoa”. Esse depoimento mostra como a saúde sexual não pode ser dissociada do bem-estar

emocional.

A violência sexual foi apontada como uma das maiores demandas emergentes nos serviços de saúde. O respondente E13 destacou que “recebemos muitos casos de mulheres vítimas de violência, e nem sempre temos suporte psicológico ou jurídico suficiente para ampará-las”. Essa questão revela a necessidade de articulação intersetorial entre saúde, assistência social e justiça.

Os profissionais também apontaram dificuldades em lidar com adolescentes. O respondente E15 relatou que “muitos pais não aceitam que falemos sobre sexualidade com seus filhos, o que dificulta a educação em saúde nas escolas”. Esse desafio cultural mostra a importância de incluir as famílias no processo educativo.

A importância da confidencialidade foi destacada em vários relatos. O respondente E16 disse que “se o paciente não confia que o que ele fala vai ser mantido em sigilo, ele não se abre, principalmente quando se trata de temas de sexualidade”. Essa fala reforça a necessidade de fortalecer a ética e o vínculo no atendimento.

Houve também críticas à falta de materiais educativos atualizados. O respondente E17 afirmou que “ainda usamos cartilhas antigas, que não dialogam com a linguagem dos jovens, e isso afasta em vez de aproximar”. Esse depoimento revela a importância de modernizar os recursos pedagógicos utilizados nos serviços.

De forma geral, os relatos mostraram que há reconhecimento da saúde sexual como parte fundamental da saúde integral, mas também revelaram lacunas significativas entre teoria e prática. O respondente E07 sintetizou essa tensão ao afirmar que “temos um discurso de integralidade, mas a prática ainda é muito fragmentada e limitada”.

As análises indicaram que o preconceito institucional, a falta de preparo profissional e as condições estruturais são barreiras centrais para a efetividade da saúde sexual no SUS. Contudo, os relatos também mostraram potencialidades, como a valorização da educação em saúde, o fortalecimento do trabalho comunitário e a abertura de espaços de diálogo.

Os resultados apontam que o avanço da saúde sexual na saúde pública depende de políticas que articulem prevenção, educação e assistência, sempre em diálogo com as realidades locais e respeitando a diversidade. Essa integração foi vista pelos profissionais como o caminho mais promissor para fortalecer a integralidade.

Por fim, a análise mostrou que os profissionais reconhecem a importância de ampliar a discussão da saúde sexual para além da esfera clínica, incorporando dimensões sociais, emocionais e culturais. Como destacou o respondente E08, “não se trata só de tratar doenças, mas

de garantir que cada pessoa possa viver sua sexualidade de forma plena e digna”. Esse depoimento sintetiza o horizonte da saúde sexual integral no contexto da saúde pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa demonstraram que a saúde sexual, quando compreendida em sua dimensão integral, é um campo indispensável para a promoção da saúde pública e para a efetivação dos direitos humanos. A análise evidenciou avanços importantes nas políticas de prevenção e assistência, mas também revelou lacunas relacionadas à formação profissional, ao enfrentamento de preconceitos e à estrutura dos serviços de saúde.

Ficou claro que a integralidade só se concretiza quando há articulação entre práticas educativas, preventivas e assistenciais, associadas a uma abordagem inclusiva e humanizada. Para isso, torna-se necessário investir na capacitação contínua dos profissionais e na sensibilização da sociedade, a fim de reduzir barreiras culturais e estigmas ainda presentes.

Os relatos dos profissionais participantes reforçam a importância de políticas públicas mais efetivas e da ampliação do diálogo sobre saúde sexual no âmbito coletivo, valorizando a diversidade e o respeito às singularidades.

Portanto, conclui-se que a saúde sexual deve ser assumida como prioridade nas agendas de saúde pública, não apenas como medida de prevenção, mas como estratégia de promoção de qualidade de vida, equidade e cidadania.

REFERÊNCIAS

LIMA, L. A. de O.; BERNARDY, T. A. dos S.; MENDEZ, A. V.; SCHIAVAO, L. J. V.; SOARES, A. R. N.; SOUZA JÚNIOR, S. O. de; VILELA, C. R.; BEZERRA, I. G. S. Gestão em Saúde: as Contribuições das Pesquisas de Satisfação e de Clima Organizacional para a Qualidade de Vida no Trabalho. *Revista de Gestão e Secretariado*, [S. l.], v. 16, n. 7, p. e5144, 2025. DOI: 10.7769/gesec.v16i7.5144.

LIMA, L. A. O. *et al.* Quality of life at work in a ready care unit in Brazil during the covid-19 pandemic. **International Journal of Research -GRANTHAALAYAH**, [S. l.], v. 8, n. 9, p. 318–327, 2020. DOI: <https://doi.org/10.29121/granthaalayah.v8.i9.2020.1243>

LIMA, L. A. O.; DOMINGUES JUNIOR, GOMES, O. V. O. Saúde mental e esgotamento profissional: um estudo qualitativo sobre os fatores associados à síndrome de burnout entre profissionais da saúde. **Boletim de Conjuntura Boca**, 2023. <https://doi.org/10.5281/zenodo.10198981>

LIMA, L. A. O.; DOMINGUES, P. L.; SILVA, R. T. . Applicability of the Servqual Scale for Analyzing the Perceived Quality of Public Health Services during the Covid-19 Pandemic in the Municipality of Três Rios/RJ, Brazil. *International Journal of Managerial Studies and Research (IJMSR)*, v. 12, p. 17-18, 2024. <https://doi.org/10.20431/2349-0349.1208003>

Lima, L. A. O., Domingues Júnior, P. L., & Silva, L. L. (2024). Estresse ocupacional em período pandêmico e as relações existentes com os acidentes laborais: estudo de caso em uma indústria alimentícia. *RGO - Revista Gestão Organizacional*, 17(1), 34-47. <http://dx.doi.org/10.22277/rgo.v17i1.7484>.

LIMA, L. A. O. Estigmatização do HIV nas relações e formas de trabalho: Uma revisão integrativa de literatura. *LUMEN ET VIRTUS*, v. 15, p. 1497-1506, 2024. <https://doi.org/10.56238/levv15n38-096>

LIMA, L. A. O.; GOMES FILHO, T. A. Gênero, sexualidade e trabalho: Heteronormatividade e o assédio moral contra homossexuais no contexto organizacional. *LUMEN ET VIRTUS*, v. 15, p. 1488-1496, 2024. <https://doi.org/10.56238/levv15n38-095>

LIMA, L. A. de O.; DOMINGUES JUNIOR, P. L. GOMES, O. V. de O. SAÚDE OCUPACIONAL E QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO DE CATADORES DE RECICLÁVEIS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA. *Revista CPAQV - Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida*, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 9, 2025. DOI: 10.36692/V17N2-93R

LIMA, L. A. O; SILVA, L. L.; DOMINGUES JÚNIOR, P. L. Qualidade de Vida no Trabalho segundo as percepções dos funcionários públicos de uma Unidade Básica de Saúde (UBS). **REVISTA DE CARREIRAS E PESSOAS**, v. 14, p. 346-359, 2024. <https://doi.org/10.23925/recape.v14i2.60020>

LIMA, L. A. O. *et al.* Os desafios na formação de profissionais de saúde no Brasil. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, v. 7, p. 05-15, 2025. <https://doi.org/10.36557/2674-8169.2025v7n5p05-15>

LIMA, L. A. O.; DOMINGUES, P. L.; PIMENTEL JUNIOR, W. Young University Students and the Difficulties they Face in Entering the Job Market in the Municipality of Três Rios, Brazil. *INTERNATIONAL JOURNAL OF MANAGERIAL STUDIES AND RESEARCH*, v. 11, p. 1, 2023. <http://dx.doi.org/10.20431/2349-0349.1103001>

LIMA, L. A. O. *et al.* INFORMATIZAÇÃO EM SAÚDE: AVANÇOS TECNOLÓGICO E A MODERNIZAÇÃO NOS SERVIÇOS DE SAÚDE. *LUMEN ET VIRTUS*, v. 16, p. 5102-5111, 2025. <https://doi.org/10.56238/levv16n48-042>

LIMA, L. A. O. *et al.* GESTÃO HUMANIZADA EM SAÚDE E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO. *LUMEN ET VIRTUS*, v. 16, p. 1009-1019, 2025. <https://doi.org/10.56238/levv16n45-027>